

MOLDANDO  
NEGÓCIOS EM  
PROL DO SUCESSO





## **AGNALDO ALVES**

### **Formação Acadêmica**

Contador, pela UFPR.

Pós-Graduado em Controladoria, pela UFPR.

MBA em Auditoria, pela UFPR.

### **Experiência profissional**

Auditor Interno e Externo em diversas empresas nacionais e multinacionais.

Diretor Adjunto, Conselheiro Fiscal.

Contador Perito Assistente Técnico em diversos processos da área: Cível.

Professor de Cursos de Graduação e Pós-Graduação Presencial e a Distância.

Palestrante.



## ENDEREÇOS DE NOSSAS CREDENCIAIS

<https://www.grupoaal.com.br>

<https://www.linkedin.com/in/agnaldo-alves-08b08086/>

<http://lattes.cnpq.br/1990536236046136;>

Quando se  
navega sem  
destino, nenhum  
vento é favorável.

Sêneca

 PENSADOR





A **AAL** é uma empresa de Consultoria, atuando nos segmentos industrial, comercial e prestação de serviços.

Tem como diferencial competitivo a especialização na Gestão Estratégica de Negócios, contribuindo com a Manutenção, Crescimento, Fortalecimento e Valorização da Imagem da Marca e Sustentabilidade das Empresas.



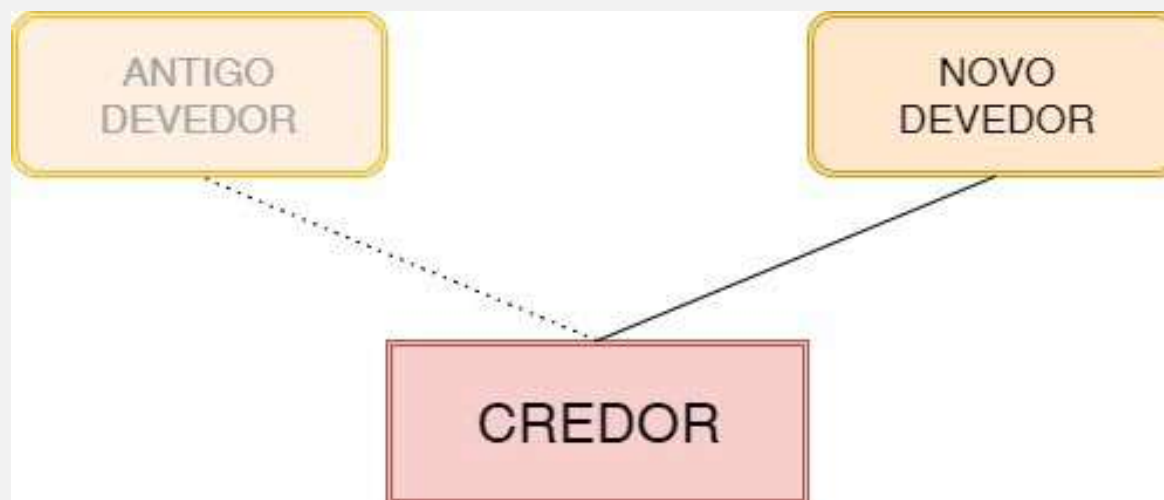
# Assunção de Dívidas



# Assunção de dívida

**Assunção de dívida** é uma das formas de transmissão de obrigações.

Enquanto a cessão de crédito parte de uma manifestação de vontade no pólo ativo, dos credores, a assunção de dívida gira em torno do pólo passivo, dos devedores.





# Assunção de dívida

Com a assunção de dívida, **muda o devedor, não o credor.**

O efeito básico é haver novo devedor.

A dívida é a mesma, o devedor é diferente.

A extensão da obrigação do novo devedor é a mesma, com as mesmas contingências.

Distingue-se em tudo isto a assunção de dívida da **novação**, que cria nova dívida.



# Assunção de dívida

Consulta-se o **credor**?

**Sim.**

O credor deve manifestar concordância expressa.

Mudar o devedor afeta as chances de que o pagamento se realize; o novo devedor pode ganhar menos ou ter menos bens.

A fim de satisfazer o interesse do credor em quitar a dívida, exige-se sua concordância.



# Assunção de dívida

Art. 299.

É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.

A exceção a esta exigência de assentimento do credor é a da dívida imobiliária, no art. 303.

Por questão de política legislativa, a fim de facilitar a compra do imóvel, presume-se seu consentimento.

Não é nem um comportamento tácito, é ficto; basta a passagem do tempo.



# Assunção de dívida

Art. 303.

O adquirente de imóvel hipotecado pode tomar a seu cargo o pagamento do crédito garantido; se o credor, notificado, não impugnar em trinta dias a transferência do débito, entender-se-á dado o assentimento.

Há uma exceção a esta exceção.

Na lei 8.004/90, exige-se aquiescência expressa do agente financeiro do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) a fim de verificar se o assuntor, novo devedor, se adequa.



# Assunção de dívida

Lei 8.004/90. Art. 3º.

A critério da instituição financiadora, as transferências poderão ser efetuadas mediante assunção, pelo novo mutuário, do saldo devedor (...)

O conflito destas leis se resolve pela especialidade.

A L8004 é especial em relação ao art. 303 do CC, que é especial em relação ao 299.



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990](#)  
[Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O mutuário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pode transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes do respectivo contrato, observado o disposto nesta lei.



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Parágrafo único. A formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativa a imóvel gravado em favor de instituição financiadora do SFH dar-se-á em ato concomitante à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obrigatória da instituição financiadora, mediante a assunção, pelo novo mutuário, do saldo devedor contábil da operação, observados os requisitos legais e regulamentares para o financiamento da casa própria, vigentes no momento da transferência, ressalvadas as situações especiais previstas nos artigos 2º e 3º desta lei.



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Parágrafo único. A formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativas a imóvel financiado através do SFH dar-se-á em ato concomitante à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obrigatória da instituição financiadora. [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)

Art. 2º A transferência dar-se-á mediante simples substituição do devedor, mantidas para o novo mutuário as mesmas condições e encargos do contrato original, desde que se trate de financiamento destinado à casa própria, cujo valor original não ultrapasse os seguintes limites:



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

- I - contratos firmados até 31 de dezembro de 1979: 750 Valores de Referência de Financiamento (VRF) (art. 4º);
- II - contratos firmados de 1º de janeiro de 1980 a 31 de dezembro de 1984: 1.100 VRF;
- III - contratos firmados de 1º de janeiro de 1985 até a data da vigência desta Lei: 1.500 VRF.



# Assunção de dívida



**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 2º Nos contratos que tenham cláusula de cobertura de eventual saldo devedor residual pelo FCVS, a transferência dar-se-á mediante simples substituição do devedor, mantidas para o novo mutuário as mesmas condições e obrigações do contrato original, desde que se trate de financiamento destinado à casa própria, observando-se os requisitos legais e regulamentares, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal. [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 1º Além do disposto no caput, o valor do encargo mensal para o novo mutuário será atualizado pro rata die, a contar da data do último reajustamento desse encargo até a data da formalização da transferência, com base no índice de atualização das contas de poupança mantidas no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, e acrescido da quinta parte do valor atualizado do encargo, observando que: [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)

a) o acréscimo da quinta parte do valor do encargo atualizado será integralmente direcionado à elevação da parcela correspondente à prestação de amortização e juros e, quando devida, da contribuição mensal ao FCVS; [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

- b) nos contratos enquadrados no Plano de Equivalência Salarial, instituído pelo [Decreto-Lei nº 2.164, de 1984](#), o enquadramento na categoria profissional do novo mutuário dar-se-á a partir da data da transferência; [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)
- c) na aplicação do primeiro reajuste do encargo mensal, após a transferência, nos contratos não enquadrados na alínea anterior, será compensada a atualização pro rata die de que trata o caput deste inciso. [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)



# Assunção de dívida



Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

## LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 2º Nas transferências dos contratos de financiamento da casa própria que não tenham cobertura de eventual saldo devedor residual pelo FCVS, e daqueles não enquadrados na [Lei nº 8.692, de 1993](#), aplicam-se as condições previstas no caput e no parágrafo anterior. [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)

§ 3º Nas transferências de que trata o caput deste artigo, as instituições financiadoras ficam dispensadas da observância das seguintes exigências: [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)



# Assunção de dívida



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

- a) limite máximo de financiamento, desde que não haja desembolso adicional de recursos; [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)
- b) limite máximo de preço de venda ou de avaliação do imóvel objeto da transferência; [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)
- c) localização do imóvel no domicílio do comprador. [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)



# Assunção de dívida



**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 3º Nos financiamentos contratados até 28 de fevereiro de 1986, não enquadrados nas condições fixadas no artigo anterior, a transferência será efetivada mediante a assunção, pelo novo mutuário, da metade do saldo devedor contábil da operação, atualizado pro rata die da data do último reajuste até a data da transferência.



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 3º A critério da instituição financiadora, as transferências poderão ser efetuadas mediante assunção, pelo novo mutuário, do saldo devedor contábil da operação, atualizado pro rata die da data do último reajuste até a data da transferência, observados os percentuais de pagamento previstos no caput e nos incisos I, II e III do art. 5º desta Lei e os requisitos legais e regulamentares da casa própria, vigentes para novas contratações, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal. [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 1º A transferência, nos casos deste artigo, se efetivará mediante a contratação de nova operação, que deverá observar as normas em vigor relativas aos financiamentos do SFH.

§ 2º Nas transferências de que se trata este artigo, as instituições financiadoras ficam dispensadas da observância das seguintes exigências:

- a) limite máximo de financiamento, desde que não haja desembolso adicional de recursos;
- b) limite máximo de preço de venda ou de avaliação do imóvel financiado;
- c) localização do imóvel no domicílio do comprador;
- d) contribuição ao Fundo de Assistência Habitacional (Fundhab).



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**[LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.](#)**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 3º As transferências que, à data da publicação desta lei, tenham sido celebradas entre o mutuário e o adquirente, sem interveniência da instituição financiadora, serão regularizadas nos termos desta lei.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, considera-se o Valor de Referência de Financiamento (VRF), aquele que, à época da contratação original, tenha sido indicado no contrato como referencial para efeito de atualização monetária do financiamento.



# Assunção de dívida



Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

## [LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.](#)

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 5º O mutuário do SFH, que tenha firmado contrato até 28 de fevereiro de 1986, poderá, a qualquer tempo, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante o pagamento de valor correspondente à metade do saldo devedor contábil da operação, atualizado pro rata die da data do último reajuste até a data de liquidação.

§ 1º A critério do mutuário, a liquidação antecipada poderá ser efetivada, alternativamente, mediante o pagamento do montante equivalente ao valor total das mensalidades vencidas.



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 5º O mutuário do SFH que tenha firmado contrato até 31 de março de 1990 com cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS poderá, no prazo máximo de um ano, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante pagamento de valor correspondente a: [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)

I - contratos firmados até 28 de fevereiro de 1986: cinquenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado pro rata die da data do último reajuste até a data da liquidação; [\(Inciso incluído pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)



# Assunção de dívida



Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

## LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

II - contratos firmados de 1º de março de 1986 até 31 de dezembro de 1988: sessenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado pro rata die da data do último reajuste até a data da liquidação; [\(Inciso incluído pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)

III - contratos firmados de 1º de janeiro de 1989 até 31 de março de 1990: setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado pro rata die da data do último reajuste até a data da liquidação. [\(Inciso incluído pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**[LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.](#)**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 1º A critério do mutuário, a liquidação antecipada poderá ser efetivada, alternativamente, mediante o pagamento do montante equivalente ao valor total das mensalidades vincendas.

§ 1º A critério do mutuário, a liquidação antecipada dos saldos devedores dos contratos firmados até 28 de fevereiro de 1986, que tenham cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS, poderá ser efetivada, alternativamente, mediante o pagamento do montante equivalente ao valor total das mensalidades vincendas, que será integralmente utilizado para amortizar o saldo devedor, inexistindo qualquer repasse para a apólice do seguro do SFH, cuja cobertura se encerra no momento da liquidação do contrato. [\(Redação dada pela Lei nº 10.150, de 2000\)](#)



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 2º O valor da mensalidade (§ 1º) corresponde à soma dos encargos devidos mensalmente pelo mutuário, em decorrência do conjunto de obrigações componentes da operação. Esse valor será, para essa finalidade, reajustado pro rata die, com base nos índices de atualização dos depósitos de poupança, a contar do dia 1º do mês do último reajustamento até a data de liquidação da dívida.

Art. 6º O disposto nos arts. 2º; 3º e 5º somente se aplica aos contratos que tenham cláusulas de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). [\(Revogado pela Lei nº 10.150, de 2001\)](#)



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**[LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.](#)**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 7º Os abatimentos de que tratam os arts. 3º e 5º serão suportados pelas instituições financiadoras, em valores equivalentes a vinte por cento do saldo devedor contábil, atualizado na forma definida nesta lei, podendo ser diferidos em vinte semestres. As parcelas remanescentes dos abatimentos, de responsabilidade do FCVS, poderão, a critério das instituições financiadoras, ser por estas suportadas.

Art. 8º No caso de descontos em contratos celebrados com recursos de repasse do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), será concedido, pela Caixa Econômica Federal (CEF), desconto proporcional ao montante repassado.



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**[LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.](#)**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 9º Tratando-se de descontos em contratos caucionados para garantia de refinanciamento e de operações de outros fundos geridos pelo extinto BNH, os vinte por cento do saldo devedor de responsabilidade das instituições financiadoras (art. 7º) serão por estas repassados à CEF nas mesmas condições em que o FCVS vier a ressarcí-las (art. 11, III). As instituições financiadoras caucionarão em valor da CEF os respectivos créditos perante o FCVS.

Art. 10. Nas operações de que tratam os arts. 8º e 9º e nas realizadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em que tenha havido operação direta da CEF como instituição financiadora, ficará a cargo do FCVS a responsabilidade sobre o desconto concedido.



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 11. O FCVS quitará o saldo de sua responsabilidade junto às instituições financiadoras e, nas hipóteses previstas nos arts. 8º, 9º e 10, junto à CEF, na qualidade de sucessora do BNH, o qual será reajustado mensalmente com base no índice de atualização dos depósitos de poupança e com juros calculados à taxa contratual, observado o seguinte:  
I - os saldos decorrentes da aplicação do art. 5º, no prazo de até dez anos, sendo três de carência, com pagamento mensal de juros, e sete de amortização em parcelas mensais consecutivas, vencendo a primeira no 37º mês a contar da liquidação efetivada pelo mutuário;



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**[LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.](#)**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

II - os saldos decorrentes da aplicação do art. 3º, no prazo de até oito anos, em parcelas mensais consecutivas, vencíveis a partir do trigésimo dia após a celebração do contrato de transferência; e

III - a parcela de vinte por cento de que trata o art. 9º, no prazo de cinco anos, em parcelas mensais consecutivas, vencendo-se a primeira no trigésimo dia após a liquidação da dívida pelo mutuário ou após a transferência do financiamento.

Art. 12. Os financiamentos concedidos na forma dos arts. 6º e 13 conservarão a classificação original (novos ou usados).



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 13. A instituição financiadora poderá, mediante liquidação do saldo devedor existente e concessão de novo financiamento, ampliar o valor financiado, utilizando como garantia a hipoteca do respectivo imóvel, observado o disposto nos arts. 7º e 11.

Art. 14. Será considerada, para os efeitos dos arts. 3º e 5º, a data do contrato original do financiamento, ainda que tenha ocorrido sub-rogação da dívida, desde que regular.

Art. 15. Para os contratos de financiamento com cronograma de desembolso parcelado, a data a ser considerada para fins do disposto nos arts. 2º, 3º e 5º é a da liberação da última parcela.



# Assunção de dívida



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 16. Os valores expressos em número de VRF (art. 4º) correspondentes aos descontos absorvidos pelas instituições financiadoras (arts. 3º e 5º) serão considerados como aplicação habitacional pelo prazo de um ano, reduzindo-se em cinquenta por cento após a expiração desse prazo.

Art. 17. O reajustamento das prestações dos mutuários enquadrados no Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES/CP) levará em consideração também o reajuste de salário concedido no próprio mês da celebração do contrato, ainda que a título de antecipação salarial.



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 18. O [§ 1º do art. 3º da Lei nº 5.741, de 1º de dezembro de 1971](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A citação far-se-á na pessoa do réu e de seu cônjuge ou de seus representantes legais."

Art. 19. O [art. 31 do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o credor que houver preferido executá-la de acordo com este decreto-lei formalizará ao agente fiduciário a solicitação de execução da dívida, instruindo-a com os seguintes documentos:



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

- I - o título da dívida devidamente registrado;
- II - a indicação discriminada do valor das prestações e encargos não pagos;
- III - o demonstrativo do saldo devedor discriminando as parcelas relativas a principal, juros, multa e outros encargos contratuais e legais; e
- IV - cópia dos avisos reclamando pagamento da dívida, expedidos segundo instruções regulamentares relativas ao SFH.

§ 1º Recebida a solicitação da execução da dívida, o agente fiduciário, nos dez dias subseqüentes, promoverá a notificação do devedor, por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos, concedendo-lhe o prazo de vinte dias para a purgação da mora.



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 2º Quando o devedor se encontrar em lugar incerto ou não sabido, o oficial certificará o fato, cabendo, então, ao agente fiduciário promover a notificação por edital, publicado por três dias, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação local, ou noutra de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária."

Art. 20. [\(Vetado\)](#).

Art. 21. Somente serão objeto de execução na conformidade dos procedimentos do [Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, ou da Lei nº 5.741](#), de 1º de dezembro de 1971, os financiamentos em que se verificar atraso de pagamento de três ou mais prestações.



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 22. O [art. 9º do Decreto-Lei nº 2.164, de 19 de setembro de 1984,](#) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º As prestações mensais dos contratos de financiamento firmados no âmbito do SFH, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES/CP) serão reajustadas no mês seguinte ao em que ocorrer a data-base da categoria profissional do mutuário utilizando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) apurada nas respectivas datas-base.



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990](#)  
[Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 1º Nas datas-base o reajuste das prestações contemplará também o percentual relativo ao ganho real de salário.

§ 2º As prestações relativas a contratos vinculados ao Plano de Equivalência Salarial Plena serão reajustadas no mês seguinte ao dos reajustes salariais, inclusive os de caráter automático, complementar e compensatórios, e as antecipações a qualquer título.

§ 3º Fica assegurado ao mutuário o direito de, a qualquer tempo, solicitar alteração da data-base, nos casos de mudança de categoria profissional, sendo que a nova situação prevalecerá a partir do reajuste anual seguinte.



# Assunção de dívida



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 4º O reajuste da prestação em função da primeira data-base ou após a opção pelo PES/CP terá como limite o índice de reajuste aplicado ao saldo devedor relativo ao período decorrido desde a data do evento até o mês do reajuste a ser aplicado à prestação, deduzidas as antecipações já repassadas às prestações.

§ 5º A prestação mensal não excederá a relação prestação/salário verificada na data da assinatura do contrato, podendo ser solicitada a sua revisão a qualquer tempo.



# Assunção de dívida

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**[LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.](#)**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 6º Não se aplica o disposto no § 5º às hipóteses de redução de renda por mudança de emprego ou por alteração na composição da renda familiar em decorrência da exclusão de um ou mais co-adquirentes, assegurado ao mutuário nesses casos o direito à renegociação da dívida junto ao agente financeiro, visando a restabelecer o comprometimento inicial da renda.

§ 7º Sempre que em virtude da aplicação do PES a prestação for reajustada em percentagem inferior ao da variação integral do IPC acrescida do índice relativo ao ganho real de salário, a diferença será incorporada em futuros reajustes de prestações até o limite de que trata o § 5º.



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

§ 8º Os mutuários cujos contratos, firmados até 28 de fevereiro de 1986, ainda não assegurem o direito de reajustamento das prestações pelo PES/CP, poderão optar por este plano no mês seguinte ao do reajuste contratual da prestação.

§ 9º No caso de opção (§ 8º), o mutuário não terá direito a cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) de eventual saldo devedor residual ao final do contrato, o qual deverá ser renegociado com o agente financeiro."



# Assunção de dívida

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.**

[Conversão da Medida Provisória nº 133, de 1990 Mensagem de veto](#)  
[Vide Lei nº 8.692, de 1993](#)

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

Art. 23. As importâncias eventualmente cobradas a mais dos mutuários deverão ser ressarcidas devidamente corrigidas pelos índices de atualização dos depósitos de poupança, em espécie ou através de redução nas prestações vincendas imediatamente subseqüentes.

Art. 24. O Banco Central do Brasil baixará as instruções necessárias à aplicação desta lei.

Art. 25. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de março de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

JOSÉ SARNEY

*Mailson Ferreira da Nóbrega*

**Este texto não substitui o publicado no DOU de 14.3.1990**



# Assunção de dívida

**Consulta-se... o devedor antigo?**

**Não.**

O objetivo é satisfazer o interesse do credor.

Cumprindo-se a obrigação, está tudo em ordem.

Não há necessidade de consultar o devedor antigo ou de formar acordo — basta a manifestação de vontade do novo devedor.

É possível, no entanto, que este acordo exista, na **delegação**.



# Assunção de dívida

## Expromissão e delegação

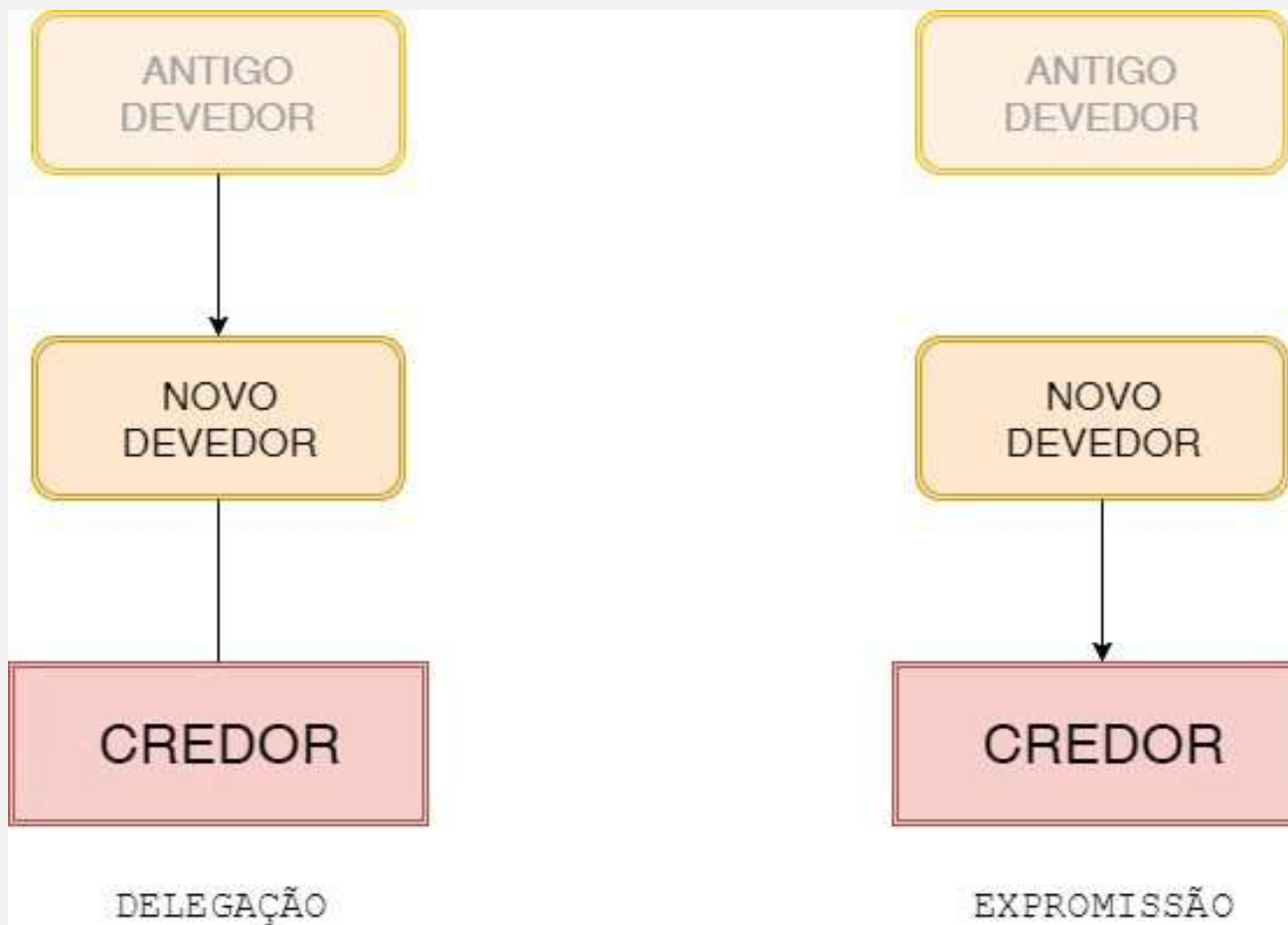
Tanto a **expromissão** quanto a **delegação** são formas de assunção de dívida.

No primeiro caso, o *expromitente*, novo devedor, assume a dívida diretamente com o credor, sem acordo com o devedor primitivo.

Já a **delegação**, como o nome indica, ocorre quando o antigo devedor delega sua dívida.



# Assunção de dívida





# Assunção de dívida

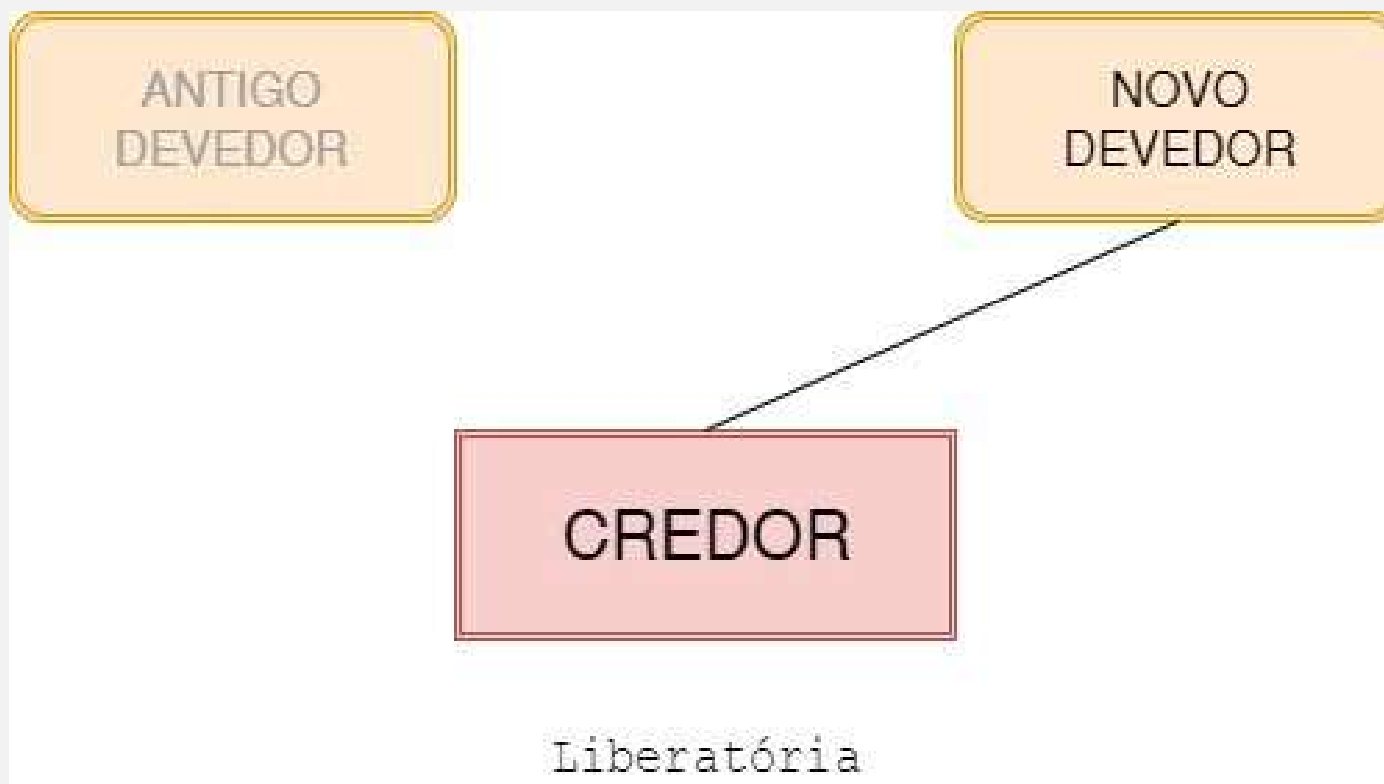
A **delegação** pode ocorrer devido a uma relação entre os devedores ou a um negócio jurídico que justifique assunção; por exemplo, a cláusula de um contrato de compra e venda que exige, como parte do pagamento, que o comprador assuma tal dívida.



# Assunção de dívida

## Liberatória e simples

Também a **liberatória** e a **simples** são formas de assunção.





# Assunção de dívida

**Liberatória** é a assunção de dívida por excelência.

O efeito fundamental da assunção é de liberar o antigo devedor.

Tanto que o regramento da assunção, dos arts. 299 a 303, presumem que esta seja liberatória.

Sob esta forma, que também é chamada **privativa**, o novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao antigo devedor (art. 302) e as garantias especiais se extinguem, a menos que o antigo devedor disponha expressamente em contrário (art. 300).

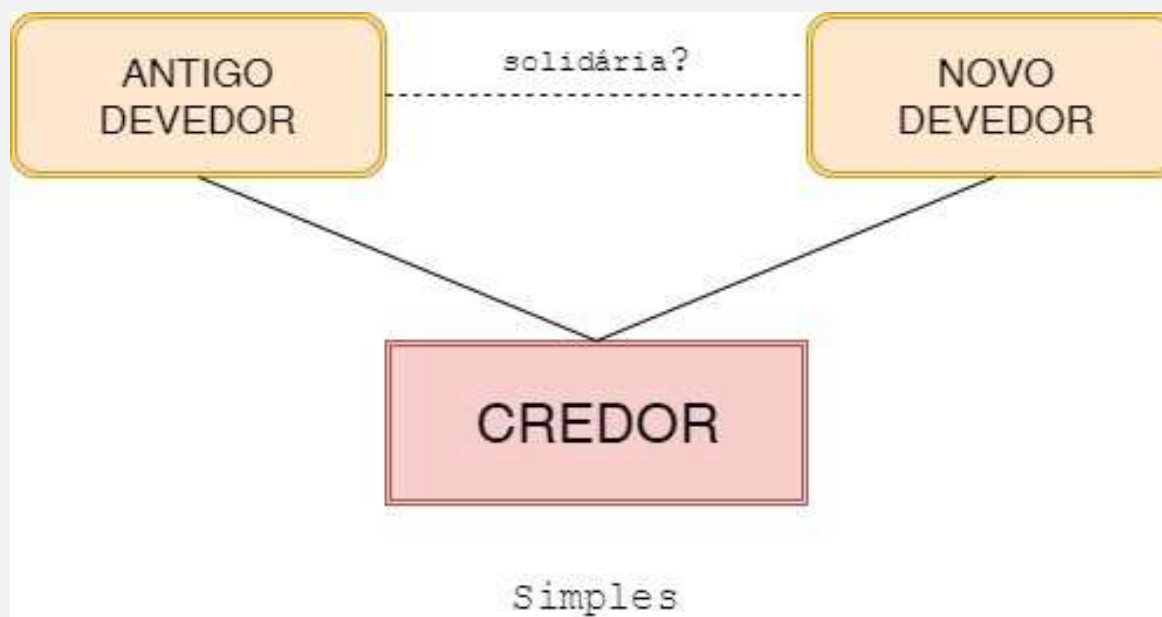


# Assunção de dívida

Já a forma **simples** não libera o antigo devedor — apenas acrescenta o novo.

Criam-se codevedores.

É mais um reforço de garantia do que assunção de dívida, por assim dizer.





# Assunção de dívida

Não se presume que a assunção de dívida é simples.

Isto precisa ser expresso.

O Código Civil sequer dispõe a respeito.

Também é necessária manifestação expressa caso a assunção simples seja solidária.

Como o antigo devedor não deixa o vínculo, as garantias especiais se mantêm; e como o novo devedor “pega o bonde andando”, pode opor ao credor exceções pessoais que competem ao antigo devedor — agora codevedor.



# OBRIGADO

**EMAIL's:**

[agnaldo.alves@grupoaal.com.br](mailto:agnaldo.alves@grupoaal.com.br)

[contato@grupoaal.com.br](mailto:contato@grupoaal.com.br)

**WhatsApp:**

**55 041 99948-2273**

*"O rio atinge seus objetivos porque aprendeu a superar obstáculos." - Lao-Tsé*

